



ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ nº 02.302.101/0001-42 | NIRE 35.3.001.532.4-3 | Companhia Aberta | EMAE3 e EMAE4

Proposta da Administração e Manual de Participação
Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada
às 11h de 11 de junho 2026

Sumário

Edital de Convocação.....	3
Proposta da Administração	5
Manual de Participação	8
Anexo A - Comentários da Diretoria	12

Edital de Convocação

EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
CNPJ nº 02.302.101/0001-42
NIRE 35.3.001.532.4-3
COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia”) convocados, na forma do disposto no Artigo 7º do Estatuto Social, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a ser realizada no dia 11 de junho de 2026, às 11h00 (horário de Brasília), em modalidade exclusivamente digital, conforme a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM 81”), por meio da Plataforma “Ten Meetings”, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- (i) tomar conhecimento do Relatório da Administração e do parecer dos Auditores Independentes, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) tomar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (iii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, especificamente a absorção integral do prejuízo apurado no exercício mediante a utilização de Reservas, nos termos do artigo 189 e do artigo 200, inciso I, da Lei das S.A.

Informações Gerais

a) Participação na AGE: Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia sob qualquer das seguintes formas: **(i)** acesso à Plataforma Digital “Ten Meetings”; ou **(ii)** envio prévio do boletim de voto distância (“BVD”).

- i. **Plataforma Digital:** Para participar da AGE mediante a Plataforma “Ten Meetings”, os Senhores Acionistas deverão solicitar, até 11 horas do dia 9 de junho de 2026, acesso à AGE por meio do preenchimento de um cadastro na plataforma digital, no seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/278135860>. Informações adicionais sobre a documentação necessária para acesso encontram-se tanto na própria Plataforma Digital quanto na Proposta da Administração da AGE.

- ii. **BVD:** Por meio do envio de BVD: (a) diretamente à Companhia, por meio da Plataforma Digital, (b) por meio dos agentes de custódia que preste esse serviço, (c) o depositário central; ou (d) ao BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, escriturador das ações da Companhia. O BVD deverá ser encaminhado pelo acionista no prazo de até 4 (quatro) dias antes da AGE, de acordo com as instruções detalhadas contidas na Proposta da Administração da AGE.

b) Modalidade exclusivamente digital: A Companhia optou por realizar a AGE de forma exclusivamente digital, por acreditar que essa modalidade permite a participação de um número maior de acionistas, sem a necessidade de que estes se desloquem até a sede social da Companhia, além de reduzir os custos para participação e realização do conclave.

c) Quórum de Instalação e Deliberação: Conforme o art. 125 da Lei das S.A., a AGE será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social total com direito a voto da Companhia. Nos termos do art. 129 da Lei das S.A., as matérias constantes na ordem do dia, serão aprovadas por maioria.

d) Documentos à disposição dos acionistas. Em cumprimento ao artigo 133 da Lei das S.A. e ao artigo 10 da RCVM 81, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no website de Relações com Investidores (ri.emaef.com.br), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os seguintes documentos: **(i)** o Relatório da Administração; **(ii)** as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência; **(iv)** o Relatório dos Auditores Independentes; **(v)** o parecer do Comitê de Auditoria; **(vi)** a manifestação do Conselho Fiscal; **(vii)** o Formulário DFP; e **(viii)** a Proposta da Administração e seus anexos.

São Paulo, 11 de maio de 2026.

Carlos Augusto Leoni Piani
Presidente do Conselho de Administração

Proposta da Administração

A presente Proposta da Administração ("Proposta") foi elaborada pela Administração da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia" ou "EMAE"), em cumprimento aos artigos 124 e 133 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e à RCVM 81, com vistas a reunir as informações pertinentes às matérias constantes da ordem do dia e necessárias ao exercício do direito de voto na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada em 11 de junho de 2026, às 11h00, em modalidade exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, "I" da Resolução CVM 81/22.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, foram divulgados em 11 de maio de 2026, no Sistema Empresas.NET da CVM, no website da Companhia (ri.emae.com.br) e nos websites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), encontrando-se à disposição dos acionistas pelo prazo legal de 1 (um) mês de antecedência da data da AGE, nos termos do artigo 133, caput, da Lei das S.A.

A Administração esclarece que o exercício social de 2025 foi marcado pelo anúncio e subsequente transferência do controle acionário da Companhia para a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP"), aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pela subsequente revisão de práticas contábeis e operacionais conduzida pela nova Administração. Em decorrência dessa revisão, foi reapresentado os saldos comparativos para o reconhecimento e mensuração das receitas e ativos decorrentes dos contratos de concessão das usinas cotistas, nos termos do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e do CPC 47/IFRS 15, com aplicação retrospectiva e reapresentação dos comparativos do exercício social de 2024, em conformidade com o CPC 23/IAS 8.

As propostas constantes deste documento foram aprovadas pelo Conselho de Administração da EMAE em reunião realizada em 6 de maio de 2026, a quem coube formulá-las nos termos do artigo 142, inciso V, da Lei das S.A., para submissão à deliberação dos acionistas.

A Administração recomenda a aprovação integral das matérias constantes desta Proposta.

Item (i) - Tomar conhecimento do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes, e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia propõe aos acionistas a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com a Lei das S.A.

As Demonstrações Financeiras foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, conforme Relatório dos Auditores Independentes parte integrante das Demonstrações Financeiras, e foram objeto de manifestação favorável do Comitê de Auditoria, conforme parecer emitido em 6 de maio de 2026.

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, em conformidade com o item 2 do Formulário de Referência e com o artigo 10, inciso III, da RCVM 81, integram esta Proposta como Anexo A.

Item (ii) - Tomar as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia propõe aos acionistas a aprovação das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, na forma do artigo 132, inciso I, da Lei das S.A., observado que as Demonstrações Financeiras refletem fielmente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações no exercício, conforme atestado pelos Auditores Independentes.

Item (iii) - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, especificamente a absorção integral do prejuízo apurado mediante utilização de Reservas, nos termos do artigo 189 e do artigo 200, inciso I, da Lei das S.A.

A Companhia apurou prejuízo líquido de R\$ 133.355.940,18 (cento e trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais e dezoito centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Em razão do resultado negativo, a Administração não submete à AGE proposta de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou constituição de reservas de lucros.

Considerando a inexistência de saldo em lucros acumulados e a ausência de saldos remanescentes em reservas de lucros - integralmente absorvidos no exercício social de 2024, conforme reapresentação descrita na Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras - a Administração propõe a absorção integral do prejuízo do exercício de 2025, no valor de R\$ 133.355.940,18, mediante utilização da Reservas, nos termos do artigo 189 e do artigo 200, inciso I, da Lei das S.A.

Conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM nº RJ2010/14687), as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício não são obrigadas a apresentar as informações indicadas no Anexo A da RCVM 81.

Manual de Participação

I. Data, local, procedimentos e prazos

Data: 11 de junho de 2026

Horário: 11h00

Local: Plataforma Digital "Ten Meetings", no Link:

<https://assembleia.ten.com.br/278135860>.

II. Informações Gerais

Para a instalação da AGE, conforme estabelecido pela Lei das S.A., é necessária a presença de acionistas que representem pelo menos $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto (ações ordinárias nominativas – ON; EMAE3).

No caso de não atingimento do quórum legal, a assembleia não será instalada e será informada uma nova data para sua realização. Em segunda convocação, a assembleia poderá ser realizada com qualquer número de acionistas presentes.

Os acionistas poderão participar pessoalmente, ou se fazendo representar por procurador.

III. Documentação para participação

Para participar da AGE, os acionistas deverão apresentar, nos termos indicados no item IV abaixo, os seguintes documentos:

- Documento de identidade do acionista ou do seu representante legal. Serão aceitos os seguintes documentos:
 - Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado;
 - Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado;
 - Passaporte válido expedido por órgão autorizado;
 - Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e
 - Carteira nacional de habilitação com foto.
- No caso de peças jurídicas: cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do acionista (eleição de administradores e/ou procuração). Caso os representantes não sejam nomeados no próprio contrato social ou em

procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pela administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral/reunião de sócios), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável);

- No caso dos fundos de investimento: cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social de seu administrador ou gestor, conforme o caso, juntamente com documentação societária comprobatória de poderes de representação legal do administrador ou gestor, conforme o caso (eleição de administradores e/ou procuração).

No caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notarização e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para um desses três idiomas mencionados.

Os instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador deverão observar os termos do §1º do art. 126 da Lei das S.A. e ser apresentados sempre em documento original. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou cuja procuração não estiver assinada em seu próprio nome, deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

IV. Participação por meio da Plataforma Digital

Para participar da AGE por meio da Plataforma "Ten Meetings", os Senhores Acionistas deverão solicitar acesso à AGE por meio do preenchimento de um cadastro na plataforma digital, no seguinte Link: <https://assembleia.ten.com.br/278135860>, realizando o upload dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e/ou de representação referidos no item III acima.

O acionista deverá solicitar sua habilitação na Plataforma Digital até o dia 9 de junho de 2026, às 11 horas. Nos termos do artigo 6º, §3º, da RCMV 81, será admitido o acesso à Plataforma "Ten Meetings" para a AGE apenas ao acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem, com o envio da documentação devida, dentro do prazo. As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas.

Informamos que a AGE será gravada, nos termos do artigo 28, §1º, inciso II, da Resolução CVM nº 81 e que a Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia.

A Companhia informa que após a verificação e validação da documentação, a Plataforma Digital enviará comunicação informando a habilitação do acionista para participação na AGE. Em caso de não recebimento da confirmação até o prazo limite, recomendamos ao acionista solicitar suporte por meio do e-mail: riemae@emae.com.br.

Ao acessar a Plataforma Digital, o acionista deverá se apresentar com áudio e vídeo abertos e, quando solicitado, apresentar seu documento de identidade pelo sistema, de modo que possa ser identificado.

Os acionistas que participarem por meio digital serão considerados presentes e assinantes da ata da AGE.

V. Participação na AGE por meio de BVD

Sem prejuízo da possibilidade de participação na AGE por meio da Plataforma "Ten Meetings", a Companhia incentiva que o acionista exerça seu direito de voto por meio do BVD.

Neste caso, para que o BVD seja considerado entregue e conseqüentemente computado, em até 4 (quatro) dias antes da AGE, ou seja, até 7 de junho de 2026 (inclusive), os acionistas deverão transmitir instruções de voto, entregando o respectivo BVD:

- (i)** ao escriturador das ações da Companhia;
- (ii)** aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço;
- (iii)** ao depositário central no qual as ações estejam depositadas; ou
- (iv)** diretamente à Companhia, acompanhado da documentação por meio da plataforma Ten Meetings, por meio do seguinte link: <https://assembleia.ten.com.br/278135860>, preenchendo os campos com orientações de voto na aba "BVD" e, em seguida, selecionando a opção de confirmar o voto.

Os BVDs enviados à Companhia deverão estar acompanhados dos documentos indicados no item III acima.

Caso o BVD seja enviado à Companhia, em até 3 (três) dias contados do recebimento do BVD, a EMAE confirmará o recebimento e suficiência dos documentos enviados pelo Acionista, por meio do link indicado no BVD.

Anexo A - Comentários da Diretoria sobre a situação financeira da Companhia

(Item 2 do Formulário de Referência | Artigo 10, inciso III, da Resolução CVM 81/22)

Item 2.1. do Formulário de Referência

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O exercício social de 2025 foi caracterizado pelo anúncio da transferência do controle acionário da EMAE para a SABESP, efetivada em 21/01/2026 e pela subsequente revisão integral de práticas contábeis e operacionais conduzida pela nova Administração. A Companhia encerrou o exercício com ativo total de R\$ 1.769 milhões e patrimônio líquido de R\$ 595 milhões, em comparação com R\$ 1.803 milhões e R\$ 764 milhões em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado), respectivamente.

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, observados (i) o saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 195 milhões em 31 de dezembro de 2025; (ii) a geração de caixa operacional positiva no exercício; e (iii) o suporte estratégico da SABESP, atual controladora, para a execução do plano de investimentos da Companhia.

b. Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é composta por capital próprio de R\$ 595 milhões (33,6% do total) e capital de terceiros de R\$ 1.174 milhões (66,4% do total), comparativamente a R\$ 764 milhões (42,4%) e R\$ 1.039 milhões (57,6%), respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado). A redução do peso relativo do capital próprio decorre, primordialmente, do prejuízo apurado no exercício e da remensuração atuarial dos planos de benefícios definidos.

c. Capacidade de pagamento das obrigações financeiras

A Diretoria entende que a Companhia mantém capacidade adequada de honrar suas obrigações financeiras de curto e longo prazos, suportada pela posição de caixa e equivalentes de R\$ 379,9 milhões em 31 de dezembro de 2025, representando índice de liquidez imediata de 3,06 vezes e liquidez corrente de 3,99 vezes sobre o passivo circulante de R\$ 124,2 milhões, pela ausência de empréstimos e financiamentos bancários na estrutura de capital, e pela geração operacional evidenciada pelo EBITDA Ajustado de R\$ 160,3 milhões (34% da receita operacional líquida), proveniente fundamentalmente da Receita Anual de Geração das usinas cotistas. O passivo não circulante de R\$ 1.050,9 milhões é composto majoritariamente por obrigações de natureza não financeira (passivo de contrato de R\$ 626,9 milhões, benefícios pós-

emprego de R\$ 236,2 milhões e provisões para contingências de R\$ 174,1 milhões), que não demandam desembolso de caixa imediato, sendo liquidadas ao longo do prazo remanescente das concessões ou mediante processos de longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos da Companhia são: (i) geração de caixa operacional; (ii) aplicações financeiras e caixa disponível; e (iii) eventual contratação de operações de crédito junto a instituições financeiras, no curso normal dos negócios. No exercício de 2025, a EMAE e sua controlada não possuíam endividamento financeiro.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresenta liquidez suficiente para fazer frente aos investimentos e obrigações, no entanto, em uma eventual necessidade a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, a Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, a Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstração do Resultado

A tabela a seguir apresenta a evolução das principais contas da demonstração do resultado consolidado:

R\$ milhões	2025	2024	Variação (%)
Receita operacional líquida	476,9	522,4	(8,7%)
Receita bruta de cotas de energia	306,8	302,9	1,3%
Receitas relativas à construção	106,6	177,4	(39,9%)
Outras receitas	56,9	43,1	31,9%
Custo do serviço de energia	(253,1)	(389,0)	(34,9%)
Lucro operacional bruto	223,7	133,5	67,6%
Despesas gerais e administrativas	(302,8)	(140,7)	115,3%
Serviços de terceiros	(145,6)	(98,7)	47,3%
Pessoal e administradores	(152,8)	(145,0)	5,3%
Outras receitas e despesas	(265,8)	(56,3)	n.m.
Perda estimada - revisão independente	(311,0)	—	n.a.
Ajuste valor justo - propriedades investimento	(135,1)	50,1	n.m.
Indenização reparatória UTE Piratininga	226,2	—	n.a.
Resultado financeiro	121,9	79,7	52,9%
IR e CSLL corrente	(17,8)	(6,4)	177,8%
IR e CSLL diferido	107,4	19,3	456,5%
Lucro (prejuízo) líquido	(133,4)	29,1	n.m.

A receita operacional líquida recuou 8,7%, refletindo principalmente a redução das receitas de construção (de R\$ 177,4 milhões para R\$ 106,6 milhões) em decorrência da reapresentação dos saldos comparativos dos contratos de concessão aplicada retrospectivamente. A receita de cotas de energia manteve-se estável, com crescimento de 1,3%, e outras receitas avançaram 31,9%, impulsionadas pelo aluguel do terreno da UTE Piratininga e cessão de áreas.

O custo do serviço recuou 34,9%, efeito da menor receita de construção (que tem correspondente custo de construção) e da reversão de provisão para investimentos na concessão que onerava o custo em 2024.

As despesas gerais e administrativas mais que dobraram (115,3%), concentrando-se em: (i) serviços de terceiros (+47,3%), com contratação de assessorias especializadas no contexto da transição de controle; (ii) constituição de provisão para riscos fiscais de R\$ 109,7 milhões decorrente da revisão de obrigações tributárias; (iii) provisão líquida para riscos trabalhistas, cíveis e tributários de R\$ 57,1 milhões; (iv) aumento do IPTU de R\$ 15,7 para R\$ 20,3 milhões; e (v) seguros de R\$ 1,2 para R\$ 8,6 milhões.

Outras receitas e despesas registraram impacto líquido negativo de R\$ 265,8 milhões, explicado por: (i) perda estimada de R\$ 311,0 milhões identificada na revisão independente, compreendendo provisão integral sobre aplicações em CDBs Letsbank (R\$ 143,8 milhões), instrumentos financeiros de compra a termo e direito creditório (R\$ 124,0 milhões) e adiantamentos a fornecedores (R\$ 43,2 milhões); (ii) ajuste negativo a valor justo de propriedades para investimento de R\$ 135,1 milhões; (iii) impairment da UTE Piratininga de R\$ 24,3 milhões; (iv) baixa de créditos de ICMS de R\$ 22,7 milhões; parcialmente compensados por (v) indenização reparatória pelo encerramento do arrendamento da UTE Piratininga de R\$ 226,2 milhões.

O resultado financeiro avançou 52,9%, de R\$ 79,7 para R\$ 121,9 milhões, reflexo da atualização monetária dos créditos tributários a recuperar constituídos pela reapuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS de exercícios anteriores, efeito majoritariamente não caixa no curto prazo.

O IR e CSLL diferido registrou crédito de R\$ 107,4 milhões (contra R\$ 19,3 milhões em 2024), mitigando parcialmente o impacto dos eventos não recorrentes sobre o resultado. O IR e CSLL corrente alcançou R\$ 17,8 milhões (2024: R\$ 6,4 milhões).

O prejuízo líquido de R\$ 133,4 milhões (contra lucro de R\$ 29,1 milhões em 2024) decorre fundamentalmente dos efeitos não recorrentes identificados na revisão independente conduzida pela nova Administração.

Demonstração do Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta a evolução das principais rubricas da demonstração do fluxo de caixa consolidado:

R\$ milhões	2025	2024	Varição
Caixa das atividades operacionais	(72,1)	(58,5)	(13,6)
Lucro (prejuízo) ajustado	(133,4)	29,1	(162,5)
Ajustes de resultado	238,5	87,6	150,9
Variações ativos e passivos operacionais	(129,0)	(143,3)	14,3
IR e CSLL pagos	(50,3)	(33,5)	(16,8)
Caixa das atividades de investimento	140,6	(1,3)	141,9
Indenização reparatória UTE Piratininga	226,2	—	226,2

Aplicações em outros ativos financeiros	(73,0)	—	(73,0)
Mútuo com parte relacionada	(10,0)	—	(10,0)
Caixa das atividades de financiamento	0,1	(55,1)	55,2
JCP e dividendos	0,1	(55,1)	55,2
Variação líquida de caixa	68,6	(115,0)	183,6

O caixa das atividades operacionais consumiu R\$ 72,1 milhões, contra consumo de R\$ 58,5 milhões em 2024. A variação decorre do prejuízo do exercício de R\$ 133,4 milhões, parcialmente compensado por ajustes não caixa de R\$ 238,5 milhões (destacadamente perda estimada de R\$ 167,7 milhões, provisões para contingências de R\$ 52,6 milhões, ajuste a valor justo de R\$ 135,1 milhões e IR/CSLL diferido de R\$ 57,1 milhões). As variações de ativos e passivos consumiram R\$ 129,0 milhões, com destaque para aumento de IR/CSLL a recuperar de R\$ 64,2 milhões e redução de contribuições ao plano de previdência de R\$ 23,5 milhões, parcialmente compensados por aumento do passivo de contrato de R\$ 71,2 milhões e fornecedores de R\$ 22,6 milhões.

O caixa das atividades de investimento gerou R\$ 140,6 milhões, revertendo o consumo de R\$ 1,3 milhão em 2024. O principal ingresso foi a indenização reparatória pelo encerramento do arrendamento da UTE Piratininga de R\$ 226,2 milhões, parcialmente compensada por aplicações em outros ativos financeiros de R\$ 73,0 milhões e mútuo com parte relacionada de R\$ 10,0 milhões.

O caixa das atividades de financiamento foi praticamente neutro (ingresso de R\$ 0,1 milhão), contra consumo de R\$ 55,1 milhões em 2024, em decorrência da não distribuição de dividendos e JCP no exercício em face do prejuízo apurado.

A variação líquida positiva de R\$ 68,6 milhões elevou o saldo de caixa de R\$ 311,3 milhões para R\$ 379,9 milhões.

Item 2.2. do Formulário de Referência

a. Resultados das operações, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 528,1 milhões em 2025, composta por três componentes principais: (i) receita de cotas de energia elétrica de R\$ 306,8 milhões (58% da receita bruta), proveniente da Receita Anual de Geração (RAG) homologada pela ANEEL para as usinas hidrelétricas Henry Borden, Porto Góes, Rasgão, constituindo a principal fonte de receita recorrente da Companhia; (ii) receitas de construção de R\$ 106,6 milhões (20%), refletindo os investimentos em construção e melhoria da infraestrutura de geração; e (iii) outras receitas operacionais de R\$ 56,9 milhões (11%), concentradas em aluguel de áreas

(incluindo terreno da UTE Piratininga), cessão onerosa de áreas adjacentes à Usina Elevatória São Paulo mediante outorgas fixas reconhecidas mensalmente, indenizações por desapropriações e receitas acessórias. Deduzidas as contribuições ao PIS e COFINS de R\$ 51,2 milhões (alíquota combinada de 9,25% sobre receitas tributáveis), a receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 476,9 milhões, equivalente a 90,3% da receita bruta.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais de 2025 foram impactados por eventos não usuais identificados na revisão independente conduzida pela nova Administração: perda estimada de R\$ 311,0 milhões (provisões sobre aplicações financeiras Letsbank, instrumentos financeiros de compra a termo e adiantamentos a fornecedores), ajuste negativo a valor justo de propriedades para investimento de R\$ 135,1 milhões, parcialmente compensados por indenização reparatória pelo encerramento do arrendamento da UTE Piratininga de R\$ 226,2 milhões.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Não houve introdução de novos produtos ou serviços no exercício de 2025.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais custos e despesas da Companhia estão relacionados com:

- A Receita Anual de Geração é regulada pela ANEEL e revisada a cada 5 anos sendo corrigida pelo IPCA nos anos intermediários.
- os encargos de uso da rede elétrica são reajustados por índices de inflação (IPCA), em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 5 anos.
- despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- o resultado financeiro é impactado pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE e pela variação do IPCA sobre o contrato com a SABESP.
- o saldo do contrato de dívida do plano previdenciário saldado (BSPS) é impactado pela variação do IPCA.
- como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno e, conseqüentemente, seus fluxos de caixa não estão sujeitos às variações

cambiais de moedas estrangeiras, não há risco relevante associado a variação de moedas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Item 2.3. do Formulário de Referência – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. Mudanças nas práticas contábeis

Reapresentação dos saldos comparativos – contratos de concessão

No contexto da revisão independente conduzida pela nova Administração empossada em fevereiro de 2026, com apoio de assessoria especializada, a Companhia reapresentou os saldos comparativos decorrentes dos contratos de concessão das usinas cotistas, promovendo maior aderência ao ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e ao CPC 47/IFRS 15.

Anteriormente o reconhecimento de receita de construção foi realizado com base em plano estimado de investimentos, proporcionalmente ao cronograma de desembolsos e sem margem de remuneração, com contrapartida em provisão "Investimentos na Concessão" e constituição de Ativo Contratual, sem diferenciação clara das obrigações de desempenho.

Reapresentação dos saldos comparativos: identificação de duas obrigações de desempenho distintas - (i) construção e melhoria da infraestrutura, e (ii) operação e manutenção. A receita de construção é reconhecida pelo método do custo efetivamente incorrido acrescido de margem (WACC regulatório ajustado à estrutura de capital), com a diferença entre receita reconhecida e valores recebidos via GAG Melhoria resultando em ativo ou passivo de contrato.

Efeitos: aplicação retrospectiva desde julho de 2018. No balanço consolidado de 31/12/2024: eliminação de Ativo Contratual de R\$ 490,9 milhões e de provisão "Investimentos na Concessão" de R\$ 504,3 milhões, reconhecimento de Passivo de Contrato de R\$ 555,8 milhões, reclassificação de IR/CSLL diferido ativo para passivo de R\$ 84,3 milhões, e redução do patrimônio líquido de R\$ 420,9 milhões. Na DRE de 2024: redução da receita líquida de R\$ 98,9 milhões, redução do custo de R\$ 27,2 milhões, e redução do lucro líquido de R\$ 25,6 milhões. A demonstração dos fluxos de caixa não foi afetada. Detalhamento na Nota Explicativa nº 4.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não contém ressalvas ou opiniões modificadas. Contém ênfase sobre a

reapresentação dos valores correspondentes de exercícios anteriores em razão de: (i) ajuste ao valor justo de terrenos e (ii) alteração na forma de mensuração do contrato de concessão, conforme nota explicativa nº 4, sem que tal ênfase constitua modificação de opinião.

Item 2.4 do Formulário de Referência – Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição de SPE em setembro de 2025 para implantação da PCH Edgard de Souza (18 MW), vencedora do Leilão A-5 com comercialização de 13,4 MW médios a R\$ 402,95/MWh por 20 anos a partir de janeiro de 2030.

Efeitos causados: Não houve efeitos materiais em 2025.

Efeitos esperados: A partir de 2026, reconhecimento de investimentos pelo método da equivalência patrimonial, com impacto negativo no resultado durante a construção (2026-2029) e geração de receita recorrente a partir de 2030.

c. eventos ou operações não usuais

Mudança de controle acionário - Aquisição pela Sabesp

Em 21 de janeiro de 2026, a Sabesp concluiu a aquisição de controle da Companhia, atingindo 98,07% do capital votante e 79,31% do capital total em março de 2026. Em 23 de fevereiro de 2026, foram eleitos novo Conselho de Administração e nova Diretoria Executiva.

Efeitos causados: Como medida de diligência para assegurar a adequada consistência técnica, integridade e confiabilidade das informações contábeis, a nova Administração conduziu revisão independente com assessoria especializada, identificando situações que demandaram ajustes às demonstrações financeiras: (i) reapresentação dos saldos comparativos dos contratos de concessão para alinhamento ao ICPC 01/IFRIC 12 e CPC 47/IFRS 15, com aplicação retrospectiva e redução do patrimônio líquido de R\$ 420,9 milhões em 31/12/2024; (ii) constituição de perda estimada de R\$ 311,0 milhões sobre ativos financeiros e adiantamentos identificados como de recuperação incerta;

(iii) ajuste a valor justo de propriedades para investimento de R\$ 135,1 milhões; e (iv) impairment da UTE Piratininga de R\$ 24,3 milhões. Os ajustes refletem o reconhecimento contábil de situações preexistentes identificadas no contexto da revisão.

Efeitos esperados: Integração ao grupo Sabesp com potencial sinergia operacional, aprimoramento de controles internos e governança, e alinhamento estratégico à maximização de valor dos ativos. Não há expectativa de efeitos materiais adicionais decorrentes exclusivamente da mudança de controle.

Encerramento do arrendamento da UTE Piratininga

Acordo com Petrobras em 2025 para encerramento do arrendamento da UTE Piratininga.

Efeitos causados: Indenização reparatória de R\$ 226,2 milhões em outras receitas, parcialmente compensando write-off de R\$ 96,8 milhões reconhecido em 2024.

Efeitos esperados: Eliminação da receita recorrente de arrendamento. Em contrapartida, foi celebrado o contrato de aluguel da área onde está instalada a UTE Nova Piratininga, produzindo receita recorrente.

Item 2.5 do Formulário de Referência – Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

A EMAE tem por prática a divulgação do seu EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) em seus resultados anuais. Ressalta-se que a Companhia segue o que determina Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O EBITDA Ajustado consolidado foi positivo em R\$ 160,3 milhões em 2025, redução de 5,9% sobre os R\$ 170,3 milhões de 2024, com margem de 34% sobre a receita operacional líquida, expansão de 1 ponto percentual em relação aos 33% do exercício anterior. A estabilidade do EBITDA Ajustado em patamar próximo de R\$ 160 milhões.

Consolidado (R\$ milhões)	2025	2024 reapresentado	Δ%
Receita Operacional Líquida	476,9	522,4	-8,7%
Custo	(536,1)	(515,5)	n.m.
Despesas Operacionais	(11,4)	(4,5)	n.m.
Outras Receitas e Despesas	(256,5)	(55,4)	n.m.
EBITDA	(327,1)	(53,0)	n.m.
% ROL	(69%)	(10%)	(60p.p.)
Ajustes			
Perda estimada — revisão independente	311,0	-	
Ajuste a valor justo das propriedades para investimento	135,1	-	
Outros ajustes não recorrentes ¹	43,8	54,9	
Indenização reparatória Petrobras (encerramento UTE)	(226,2)	-	
GAG Melhoria	161,9	138,8	
Custo de construção	84,6	134,4	
Receitas de construção	(106,6)	(177,4)	
Reversão líquida de provisões	51,3	17,6	
Plano de Desligamento Incentivado (PDI)	29,5	35,5	
Previdência complementar (CPC 33)	21	30,5	
Outras receitas e despesas	(18)	(11)	
Ajustes Totais	487,4	223,3	
EBITDA Ajustado	160,3	170,3	(5,9%)
% ROL Ajustado	34%	33%	1p.p.

* O EBITDA (sigla para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

** O EBITDA ajustado exclui do seu cálculo a rubrica outras receitas e despesas, custos com o Plano de Demissão Incentivada e parte dos gastos incorridos com o plano de benefícios pós-emprego PSAP/EMAE. Além dos expurgos já mencionados no EBITDA ajustado, na margem líquida ajustada está sendo excluída as receitas relativas à construção dos ativos da concessão.

¹ Compreende impairment de ativo imobilizado da UTE Piratininga, baixa de créditos de ICMS de períodos anteriores, baixa de itens de almoxarifado e despesa estimada para desmobilização parcial da UTE Piratininga.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Administração entende que essa medida é mais apropriada para a facilitar a compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia por eliminar efeitos de eventos não recorrentes e itens não caixa, permitindo melhor análise da geração operacional recorrente e facilitando a comparabilidade entre períodos, não devendo, contudo, ser considerada isoladamente ou como substituto das demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Item 2.6 do Formulário de Referência – Eventos subsequentes as DFs

Os eventos subsequentes descritos a seguir referem-se a alterações societárias e de governança ocorridas após 31 de dezembro de 2025 que não originaram ajustes às demonstrações financeiras. Os efeitos financeiros da OPA unificada exclusivamente para as ações ordinárias e da eventual incorporação de ações dependem de condições futuras e da conclusão dos processos regulatórios, não sendo possível estimar com razoabilidade seus impactos financeiros nesta data. A aquisição de controle e a eleição da nova Administração não geraram efeitos diretos mensuráveis sobre as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

a. Aquisição de controle pela Sabesp

Em 21 de janeiro de 2026, a Sabesp concluiu a aquisição de controle direto da Companhia com aproximadamente 74,9% do capital votante, ampliando posteriormente sua participação para 98,07% do capital votante e 79,31% do capital total em 13 de março de 2026.

b. Eleição da nova Administração

Em 23 de fevereiro de 2026, Assembleia Geral Extraordinária elegeu nova composição do Conselho de Administração, presidido por Carlos Piani, que na mesma data elegeu a Diretoria Executiva formada por Rafael Costa Strauch (Diretor-Presidente), Pedro Borges Petersen (Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Administrativo), Valéria Silva Campos (Diretora Jurídica) e Fernando Luís Fernandes (Diretor de Operações).

c. OPA para ações ordinárias

Em 24 de abril de 2026, a Sabesp comunicou à CVM solicitação para unificar a OPA por alienação de controle acionário com OPA por aumento de participação (art. 4º, §6º, da Lei nº 6.404/1976 e arts. 42 e seguintes da Resolução CVM nº 215/2024). O preço por

ação ordinária foi estabelecido em R\$ 61,83, correspondente a 100% do preço pago na aquisição de controle em 21 de janeiro de 2026, atualizado pela taxa Selic até a liquidação. A elaboração de laudo de avaliação foi dispensada nos termos do art. 21, inciso I, da Resolução CVM nº 215/2024.

d. Incorporação de ações pela Sabesp

Em 24 de abril de 2026, a Sabesp e a EMAE comunicaram que suas administrações avaliarão a viabilidade de incorporação, pela Sabesp, da totalidade das ações de emissão da EMAE não detidas pela Sabesp (art. 252 da Lei nº 6.404/1976). Caso aprovada, a EMAE será convertida em subsidiária integral da Sabesp e os acionistas da EMAE receberão ações de emissão da Sabesp conforme relação de troca a ser negociada por comitês independentes (Parecer de Orientação CVM nº 35/2008), com objetivo de simplificação e otimização da estrutura societária.

Item 2.7 do Formulário de Referência – Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

A Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para constituição de reserva legal, até alcançar 20% do capital social, conforme art. 193 da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, o artigo 35, §5º, do Estatuto Social prevê a possibilidade de a Assembleia Geral destinar o saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição do dividendo mínimo obrigatório à Reserva de Necessidades de Caixa e Investimentos, visando garantir liquidez, financiar investimentos e sustentar a expansão operacional. Em relação ao exercício social findo em 2025, tendo em vista o prejuízo líquido de R\$ 133.355.940,18, não houve proposta da administração para retenção de lucros.

b. regras sobre distribuição de dividendos

A Companhia distribui anualmente, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendos, conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e o Estatuto Social. Dividendos superiores ao mínimo obrigatório podem ser distribuídos conforme decisão da administração, considerando a solidez financeira e necessidades estratégicas da Companhia. Os titulares de ações preferenciais têm direito à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Companhia pode distribuir dividendos de forma anual, intermediária ou intercalar, de acordo com o desempenho financeiro e aprovação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, garantindo alinhamento às práticas de mercado e à legislação vigente.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de distribuição de dividendos da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2021, segue as diretrizes estabelecidas na Lei das S.A. e no Estatuto Social, informações disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.emaec.com.br/>) e no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

Item 2.8 do Formulário de Referência – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet item), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

iii. contratos de construção não terminada

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

Item 2.9 do Formulário de Referência – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Comentários sobre itens não evidenciados não são aplicáveis, pois a Companhia não adota tais práticas.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

Item 2.10 do Formulário de Referência – Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

PCH Edgard de Souza: 18 MW capacidade instalada, 13,44 MW médios comercializados. Vencedora Leilão A-5/ago2025, preço R\$ 402,95/MWh (IPCA) por 20 anos a partir jan/2030. SPE constituída set/2025, autorização MME mar/2026, LI ambiental abr/2026. Investimento cadastrado superior a R\$ 200 milhões. Obras 2026-2029, operação comercial jan/2030, conforme divulgado no Fato Relevante de 22/08/2025.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia avaliará as alternativas de financiamento mais adequadas para seus projetos de investimento, considerando condições de mercado, custo de capital e estrutura financeira ótima.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia avalia periodicamente sua carteira de ativos não operacionais para otimização da estrutura patrimonial e alocação de capital, podendo promover alienações conforme oportunidades de mercado e interesse estratégico. Eventuais desinvestimentos serão comunicados ao mercado quando materializados.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

PCH Edgard de Souza (18 MW de potência instalada, 13,44 MW de garantia física), vencedora do Leilão A-5 em agosto de 2025 com comercialização a R\$ 402,95/MWh por 20 anos a partir de janeiro de 2030. A SPE Edgard de Souza Energia S.A. foi constituída em setembro de 2025, recebeu autorização do MME em março de 2026 e Licença Ambiental de Instalação em abril de 2026, com início das obras de construção previsto para 2026 e entrada em operação comercial em janeiro de 2030.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício de 2025, os montantes gastos com o desenvolvimento da PCH Edgard de Souza foram imateriais, limitando-se a despesas pré-operacionais de constituição da SPE e estudos preliminares. Os investimentos relevantes em construção estão previstos para os exercícios de 2026 a 2029.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A EMAE está focada em expandir suas iniciativas relacionadas a sustentabilidade, com foco na preservação ambiental, gestão de resíduos, diversificação da matriz energética e recuperação de áreas degradadas. Entre os destaques estão a operação da Usina Fotovoltaica Flutuante no Reservatório Billings, a comercialização de certificados de energia renovável (I-RECs) pela produção de energia de fonte renovável na UHE Henry Borden e PCH Pirapora, o Projeto Corredor Ecológico com o plantio de 100 mil mudas nativas, além de ações de educação ambiental voltadas à comunidade e aos colaboradores. Essas iniciativas visam à sustentabilidade, à mitigação climática e ao fortalecimento da biodiversidade.

Item 2.11 do Formulário de Referência - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

Nada a acrescentar, uma vez que todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.